

Reunião Ordinária – Acta nº 16/2011

Data – 2011-06-27

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 16.15 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Resumo Diário da Tesouraria de 24-06-2011:

a) Dotações Orçamentais €2.508.800,08
b) Dotações não Orçamentais €219.343,01

Total das Disponibilidades €2.728.143,09



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Vereador Santana Maia Leonardo, por não ter estado presente, a parte da acta relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com excepção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

Nº 35 - A Presidente da Câmara, apresentou um pedido de apoio financeiro da Junta de Freguesia de Mouriscas, com vista à realização da 19ª Feira de Artesanato de Mouriscas e propôs que a autarquia apoiasse financeiramente o evento com 500€ (quinhentos euros). - 29326

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a concessão de apoio financeiro no valor de 500€ (quinhentos euros) à Junta de Freguesia de Mouriscas.



Em seguida, deu conhecimento que o Rancho Folclórico do Pego foi o vencedor do concurso "Rancho do Coração", da RTP, cuja final decorreu ontem, dia 26 de Junho.

Tomado conhecimento e enviar as felicitações ao Rancho Folclórico do Pego pelo prémio alcançado.



Deu conta da notícia publicada no "Jornal de Negócios" da passada sexta-feira, intitulada "Azeite nacional com alta procura", que refere o reconhecimento além-fronteiras do azeite português, destacando cinco marcas portuguesas, sendo duas das quais produzidas no concelho de Abrantes: Gallo e SAOV.

Tomado conhecimento.



Em resposta ao pedido de esclarecimentos apresentado pelos Vereadores do PSD na reunião de 9 de Junho relativamente à retirada de tabuleta da Fonte de Vale de Roubam, a Presidente da Câmara informou que, de acordo com a informação fornecida pelos Serviços Municipalizados, a placa da Fonte de São João, em Vale de Roubam, foi vandalizada e retirada sendo essa, infelizmente, uma prática habitual em muitos fontanários do concelho. Acrescentou ainda que logo que a situação chegou ao conhecimento dos SMA, foi reposta a placa e que, em 22 de Junho de 2011, ainda se mantinha no local. - 24108



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A Vereadora Celeste Simão deu conta de um ofício da União Distrital das IPSS, que refere que a Direcção da União Distrital das IPSS de Santarém, na sua reunião do passado dia 27 de Maio, deliberou, por unanimidade, exarar um voto de agradecimento ao Município de Abrantes e a todos os seus colaboradores, pelo prestimoso contributo dado para que a Feira e a Chama da Solidariedade, propostas por aquela União, tivessem sido um êxito em Abrantes, o que prestigiou a nossa cidade e, igualmente, o Distrito de Santarém. - 29325

Tomado conhecimento.



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

O Vereador Manuel Valamatos referiu-se às próximas actividades desportivas, designadamente às férias desportivas "Verão Activo", que contam a participação de 200 jovens e o ACP Student Drive Camp, organizado pela revista fórum estudante, conforme consta da ordem de trabalhos.

Tomado conhecimento.



VEREADOR CARLOS ARÊS

A propósito da proposta, de deliberação dos Vereadores eleitos pelo PSD no sentido do processo da RPP Solar ser remetido ao Ministério Público, discutida e rejeitada, por maioria, na reunião anterior, e com o intuito de melhor esclarecer a situação, o Vereador Carlos Arês disse que queria abordar novamente o assunto, a título de esclarecimento, para perguntar se o Vereador Belém Coelho foi ouvido, como testemunha ou em qualquer outra qualidade, no âmbito do processo que o Ministério Público terá aberto para esclarecer o assunto da RPP Solar.

O Vereador Belém Coelho imediatamente confirmou que foi inquirido sob sigilo.

O Vereador Carlos Arês questionou, em seguida, o quê é que o executivo poderia participar ao Ministério Público que o Vereador Belém Coelho não pudesse ter participado?

O Vereador Belém Coelho disse que certamente muita coisa, porque não é detentor da verdade. Se o processo decorreu dentro da Câmara e se, enquanto vereador, só teve conhecimento de algumas coisas, seria natural que a Câmara pudesse adicionar mais alguma informação.

A Presidente da Câmara acrescentou que, quando a proposta foi apresentada, já se sabia da existência de uma investigação sobre este assunto. Assim, questionou também qual a



necessidade de se remeter o processo para investigação, uma vez que o próprio Ministério Público já tinha decidido fazê-lo e isso já era do conhecimento dos vereadores.

O Vereador Santana Maia disse que quando foi apresentada a proposta, em Fevereiro ou Março, os Vereadores do PSD ainda não tinham conhecimento. A proposta foi apresentada por sua iniciativa e não era do seu conhecimento a existência de processo.

A Presidente da Câmara reforçou que quando a proposta deu entrada já se sabia, e que ela própria o referiu, ainda que sem registo em acta.

O Vereador Carlos Arês disse que esta situação revela que não houve lealdade a cem por cento no trato deste assunto entre os membros da Câmara Municipal. Os contornos do problema que está em cima da mesa conduzem a uma pessoa, que é o anterior Presidente da Câmara. Os documentos que suportam qualquer lógica que defenda que houve um comportamento menos correcto são assinados por ele e, pelo que está escrito nas actas, conhecem-se as ressalvas colocadas por algumas pessoas. Depois, existe um protocolo que, por falha, não assegura uma cláusula clara de reversão para a Câmara e que nenhum credor pudesse ultrapassar a Câmara em caso de incumprimento. Essa pessoa, o Dr. Nelson Carvalho, também está a ser inquirida nesse mesmo processo, que estando em segredo de justiça, não se conhece o seu teor nem a fase em que o inquérito se encontra.

Na prática, se se faz uma participação crime ou um juízo, qualquer que seja, estamos a fazê-lo contra uma pessoa em concreto, mesmo que se enviem apenas documentos públicos.

Sabendo-se, de antemão, que o Ministério Público está a investigar este processo, propor-se o envolvimento de todos os elementos da Câmara Municipal numa participação, parece uma tentativa de se procurar um "guarda-chuva" para legitimar uma queixa contra uma pessoa em concreto – embora não queira, com isto defender, a sua actuação neste caso.

Ou, então, parece uma tentativa de se expor todos os elementos do executivo, sob o ponto de vista político, à ideia, a formar pela opinião pública, de conivência com os aspectos que se pretendem acusar. Pode parecer que, enquanto Vereador, conhecendo os factos de um processo onde os interesses do município possam não ter sido devidamente acautelados, ao não remeter o processo para investigação, se remete ao silêncio – quando apenas se deliberou não remeter o processo, por este já estar a ser investigado e não haver mais documentos a acrescentar, como são o caso da escritura, do protocolo, das actas, porque todos eles públicos e estão nas mãos dos elementos da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal.

Daí que não tivesse visto razão nenhuma, a partir do momento em que o Vereador Belém Coelho presta declarações e tendo ele em sua posse todos estes elementos, para vir, numa segunda vaga, consolidar uma postura e fazer uma queixa-crime. Inclusivamente, estando por fora do processo, poderia este ter sido já arquivado e poderia expor os elementos do executivo a uma situação de denúncia caluniosa.

Quis deixar também claro que, com isto, não quer, de qualquer forma, ser colocado numa posição, que considera surreal, que é a de defender a actuação de Nelson de Carvalho, neste negócio que acha que ele agiu mal na defesa dos interesses do Município. Mas não vê necessidade de se arranjar subterfúgios para valorizar as atitudes de uns e desvalorizar as posições dos outros.



Todos podem tomar iniciativas deste género. Todos podem assumir posições públicas em defesa de uma posição, exibindo as fragilidades dos outros, mas tem que se ser cuidadoso na postura que uns têm para com os outros, tanto mais em assuntos desta natureza.

Considerou que fica esclarecido nesta abordagem (que seria como que um desabafo entre os elementos do executivo). Acrescentou que se tivesse sido chamado para ser ouvido num processo-crime ou numa investigação criminal que tivesse a ver com a Câmara, não iria apresentar esta proposta, e quando fosse colocada a questão procuraria informar os outros sobre o assunto, porque isso seria o mínimo de lealdade exigível. Nesta medida, considera que os Vereadores do PSD não foram leais consigo, o resto da Câmara falará por si, e espera que não voltem a haver comportamentos deste género.

O Vereador Santana Maia disse que o Vereador Carlos Arês, nestas suas declarações, excedeu, em muito, aquilo até que a um jurista justifica é permitido.

Primeiro, os Vereadores do PSD não sabem o âmbito do processo neste momento. Não se sabe se o processo que está a decorrer é ou não um processo-crime. O Ministério Público não leva a efeito só processos-crime, mas também processos administrativos, que também são do seu âmbito.

Segundo, o Vereador Carlos Arês considera que neste caso há um arguido que é o Nelson Carvalho. Os Vereadores do PSD não fazem esse juízo, nem sabem se será caso disso, se estamos perante um ilícito criminal, se será do foro administrativo. Não fazem esse juízo de valor. Aquilo que defendem é que, constatando que há alguns indícios que possa haver algumas irregularidades, o processo seja remetido ao Ministério Público. Caberá ao Ministério Público, fazer a avaliação da situação e depois decidir se haverá algum ilícito criminal, se haverá algum ilícito administrativo, se haverá ilícito contra-ordenacional, ou se haverá caso de poder haver alguns arguidos, que podem ser vereadores ou podem ser técnicos. Mas essa avaliação cabe ao Ministério Público, razão pela qual defendem a remessa do processo.

Não sabem se o que está a correr no Ministério Público tem a ver com fundos comunitários, se tem a ver com algum ilícito. O Ministério Público não informa, abre o processo, faz investigação e ouve quem muito bem quer e lhe apetece e não tem que dar justificação a ninguém do que está a decorrer. O que os Vereadores do PSD acham é diferente: o processo deveria ser remetido ao Ministério Público para ser avaliado, cabendo a este tirar as respectivas ilações. Aliás, o processo que está a correr no Ministério Público tanto pode muito bem ter a ver com a RPP Solar, como com outra coisa qualquer e até pode não ter nada a ver com isto que estão agora a discutir.

O Vereador Belém Coelho disse ter ficado com a firme convicção que o executivo anterior tinha sido também ouvido. Assim, não percebe porque foi ele ouvido.

A Presidente da Câmara referiu, nenhum vereador do executivo anterior, incluindo ela própria, foi chamado a ser ouvido, de acordo com o conhecimento que tem no momento.

O voto de rejeição da proposta do PSD, por parte do executivo em permanência, foi porque já era do seu conhecimento que estava a decorrer uma investigação sobre este processo, ainda que isso não tenha ficado referido expressamente em acta, por ser matéria de sigilo.

Qualquer matéria que esteja em investigação não será, com certeza, matéria administrativa. Referiu ainda que toda a documentação foi trazida já ao conhecimento dos vereadores. Todos os documentos e toda a matéria que foi alvo de compromissos com a empresa e com outras

Q1
Câmara

entidades envolvidas foram visados pelo Tribunal de Contas, pelo que se crê que, do ponto de vista administrativo, o processo esteja em condições.

Se o Ministério Público decidiu, por si, ou por denúncia verificar, não tem esta executiva interferência no assunto. O Ministério Público pode consultar todo o processo, não só por ser a entidade que é, mas também porque tudo é público, e tirar daí as suas ilações. Não cabe ao executivo decidir o que quer que seja, porque não existem razões para isso.

O Vereador Santana Maia insistiu que os Vereadores do PSD acham que o processo deve ser remetido ao Ministério Público pelas razões invocadas.

O Vereador Carlos Arês esclareceu, para evitar outra interpretação das suas palavras que podem não ter sido bem escolhidas, que não quis dizer e não disse que Nelson Carvalho seria arguido, porque não sabe sequer se ele é ou não arguido.

Quis clarificar a sua posição, referindo que a argumentação que o Vereador Santana Maia utilizou não colhe, nem resiste, à mais pequena crítica, porque o Vereador Santana Maia diz que os Vereadores do PSD apresentam as suas propostas e que quando os outros vereadores tiverem propostas para apresentar elas serão votadas. Ou seja, para recolher uma viatura abandonada na via pública, para resolver o problema de uma placa de uma fonte, para cortar uma pernada de uma árvore que está em cima do passeio, etc, os Vereadores do PSD apresentam uma proposta do PSD e não envolvem a Câmara previamente nesse assunto, propondo a discussão dos assuntos que acham importantes de resolver. Fazem questão que o assunto seja proposta do PSD, como carimbo do PSD, para ser publicitada como sendo do PSD para, se um dia for concretizada no bom sentido, reivindicarem que foi autoria do PSD.

Depois, para mandar informação para o Ministério Público, precisam da Câmara, seja um processo-crime ou participação para investigação. Questionou porquê é que não o fizeram logo e o comunicaram no blog? Questionou porque precisavam do Vereador do ICA e dos outros elementos da Câmara? Ou será que, como a história das propostas para a câmara que "precisavam de ser subscritas por três vereadores", também as participações ao Ministério Público precisam de ser subscritas por todos os vereadores. Se os Vereadores do PSD entendem que é tão necessário para o apuramento da verdade e para o esclarecimento que o Ministério Público venha a fazer sobre este processo, não sabe qual a ajuda que precisam para tomar essa iniciativa como sua.

Espera que daqui se retire o necessário para utilização futura do que se pretende que sejam as reuniões de câmara.

O Vereador Santana Maia disse que, em relação às suas propostas, os Vereadores do PSD fazem como a Presidente da Câmara o faz, apresentando a proposta que é sujeita à votação.

Se a ideia for dos vereadores é legítimo que a reivindiquem. Em relação à proposta em concreto disse que entrou em Fevereiro e que não foi votada no prazo de 5 dias, tendo passado três meses. Não pressionaram o seu agendamento para que tivessem tempo para ponderar.

A Presidente da Câmara disse achar que a proposta não tinha tanto tempo, que iria confirmar, mas que não foi agendada e votada na reunião seguinte, por carecer de análise e ponderação relativamente ao proposto. De qualquer forma, aquando da sua apresentação, já era do conhecimento que corria uma investigação e, mesmo que não o soubessem na altura, aquando



da discussão poderiam ter retirado a proposta, porque o Vereador Belém Coelho esteve presente nessa reunião.

O Vereador Santana Maia disse que o que propuseram, e o que está aqui em causa, não é uma participação. O que os Vereadores do PSD acham é que o processo deve ser enviado para ser analisado. Não sabem o que o Ministério Público está a investigar sobre a RPP Solar e se tem alguma coisa a ver ou não com o processo.

A Presidente da Câmara esclareceu, mais tarde, e na intervenção seguinte, que a proposta não foi apresentada em Fevereiro, como foi dito pelo Vereador Santana Maia, mas sim na reunião de 4 de Abril.



VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO

O Vereador Santana Maia Leonardo apresentou uma declaração subscrita pelos Vereadores do PSD sobre o Programa de Regeneração Urbana do Centro Histórico, que por ser extensa se anexa à presente acta. - 29378

A Presidente da Câmara, a propósito da declaração, disse, utilizando as palavras dos Vereadores do PSD que o conteúdo da mesma é um "grandessíssimo disparate".

Primeiro porque o Vereador Santana Maia não tem que ficar estarecido com o facto de ser confrontado com um programa finalizado da regeneração urbana, porque não foi. Não houve nenhuma apresentação de nenhum projecto final de regeneração urbana. E, depois, o Vereador não esteve numa reunião de trabalho com todos os que participaram nos diversos workshops - incluindo um destinado aos vereadores da oposição e no qual não estiveram presentes - , porque não quis, uma vez que foi convidado para isso. Aliás, todos os partidos políticos também foram convidados e, a não ser no último para ouvir já parte do que seria a estratégia, não participaram.

Disse ainda que este executivo não mudou de ideias, está cumprir o seu programa eleitoral e não anda a copiar o programa do PSD, nem as suas iniciativas, porque tal não faz sentido. Quem foi eleito foi o PS, embora os Vereadores do PSD teimem em não querer acreditar nisso. O programa está a ser cumprido, embora possam haver pequenas alterações, não só porque só não muda de ideias quem não as tem, mas também pelos constrangimentos inerentes à situação em que todos se encontram.

A Presidente da Câmara depois de verificar, esclareceu a proposta relativamente ao envio do processo da RPP Solar ao Ministério Público para investigação não foi apresentada pelos Vereadores do PSD em Fevereiro, como foi dito pelo Vereador Santana Maia, mas sim na reunião de 4 de Abril, o que é diferente.

Não querendo discutir mais este assunto, disse que, se há aqui contradições não são da parte dos eleitos pelo PS. Disse que deve ter-se alguma atenção à maneira como se referenciam uns aos outros e ao respeito que todos merecem.

21
Ceb

O Vereador Carlos Arês disse que o que foi dito na declaração sobre a regeneração do Centro Histórico vem confirmar o que ele havia referido anteriormente: os Vereadores do PSD sistematicamente vêm assumir posições com vista, entre outras coisas, a pôr em xeque a sua posição enquanto vereador, para ressaltar uma suposta adesão e uma concordância a cem por cento com o Partido Socialista e, supostamente, a querer com isso atingi-lo politicamente.

Em primeiro lugar, não aderiu expressamente ao programa do PS para o Centro Histórico. Pode ter aderido apenas a uma medida ou outra aqui falada.

Em segundo lugar, na reunião em que os vereadores da oposição estiveram presentes com a equipa que está a produzir o estudo sobre o Centro Histórico, teve ocasião de, durante largo tempo, expor um conjunto de ideias, que, não sendo ele um técnico capaz de abranger todas os campos (porque a equipa contratada abrange desde transportes, a questões sociológicas, comerciais, económicas, urbanísticas, etc.), mas, de uma forma individualizada, conseguiu expor um vasto conjunto de opiniões concretas acerca dos diversos campos, para poderem ser trabalhadas por quem de direito, ao contrário do Vereador Santana Maia.

Disse ainda que, na única reunião em que os Vereadores do PSD poderiam ter contribuído, para interferir positivamente no estudo do Centro Histórico de Abrantes, o Vereador Santana Maia limitou-se a dizer um conjunto de verdades que todos os cidadãos repetem nas mesas de café. Depois, porque tinha um compromisso, ausentou-se. Ficou o Vereador Belém Coelho, que disse mais um conjunto de coisas soltas, e que ouviu até ao fim e que sabe que foram por si (Carlos Arês) apresentadas soluções e ideias concretas sobre diversas matérias para serem trabalhadas, como nunca o PSD apresentou, nem mesmo no tempo da campanha eleitoral. Nem se quis referir às posições do PSD sobre o Centro Histórico de Abrantes, porque são tão pobres, que nem merecem que se perca tempo com isso. Se alguma dúvida há, poderão, em qualquer circunstância ser esclarecidas, colocando em cima da mesa o programa eleitoral e discutindo as propostas uma a uma, para ver quem tem ideias exequíveis e quem não as tem.

Mais uma vez, disse que nunca se pronunciou contra a instalação do Centro de Saúde no Centro Histórico, nos moldes em que é referido. Pronunciou-se contra a instalação do Centro de Saúde no antigo edifício do Centro de Emprego, porque nem tem acesso para as ambulâncias.

A Presidente da Câmara acrescentou que, em lado nenhum, os Vereadores do PSD disseram que o Centro de Saúde deveria ir para o antigo edifício da rodoviária.

O Vereador Carlos Arês disse que se e o Vereador Santana Maia quiser dizer que o Vereador Carlos Arês votou contra a instalação do Centro de Saúde no edifício do Centro de Emprego pode dizer. Agora, não pode ter a lata de o acusar ter votado contra a sua instalação no Centro Histórico. Mais, para ele as franjas do Centro Histórico vão até ao hospital, portanto abrangem a sua actual localização. A diferença de onde está hoje e onde passará a estar são duzentos metros. Inclusivamente os parques de estacionamento que o servem hoje, também o servirão no futuro.

Tendo surgido uma oportunidade de entendimento com a Administração Central que era importante aproveitar e tendo havido concordância das duas partes quanto à localização, não teve a menor dúvida, enquanto vereador, em dizer que sim. Nunca votaria favoravelmente à sua instalação no antigo edifício do Centro de Emprego.



O Vereador Santana Maia disse que no seu programa eleitoral, o PSD disse que havia, pelo menos, três locais no centro Histórico onde o Centro de Saúde poderia ser instalado, mas não indicaram qualquer local nas suas propostas.

A Presidente da Câmara, embora não o quisesse dizer, face ao ambiente que se instalou teria agora que o fazer. Assim, disse que é normal que os vereadores que estão na oposição recebam muitos cidadãos descontentes para ver resolvidas as suas questões. Mais grave é, quando algumas propostas sejam retiradas de blogs, alguns anónimos outros não. Também acha muito grave que saiam a público transcrições textuais de actas, quando estas não foram aprovadas ainda. Não sabe quem o faz, mas é muito deselegante que isso aconteça.

Para terminar este assunto, disse que a Câmara não tem interesse nenhum em fazer concorrência aos comerciantes do Centro Histórico. O que se pretende é criar oportunidades para que os produtores do concelho possam fazer diferente. Neste mandato foi dada uma atenção muito especial aos produtores locais que têm no Mercado Criativo uma oportunidade para mostrar os seus produtos.

É um projecto que teve alguma repercussão e que irá crescer à dimensão daquilo que o cidadão quiser que seja. Tem pena que sejam os mesmos velhos do restelo que continuem a dizer o mesmo: que seja a própria Câmara Municipal a fazer concorrência aos comerciantes. E tem muita pena que os Vereadores eleitos pelo PSD venham a esta sala repetir essas afirmações. Questionou então qual é a loja no Centro Histórico que ao Domingo, ao Sábado, ou à Sexta-feira depois da 19.00h, por exemplo, está aberta para vender uma garrafa do melhor azeite do mundo ou de um vinho medalhado.

Disse ainda que aos elementos do executivo em funções, eleitos com maioria absoluta, parece que estão a fazer bem. Aquilo que sentem, por parte de quem usufrui dos projectos que têm vindo a ser desenvolvidos, é muito positivo.

Infelizmente, os Vereadores do PSD não conseguem aceitar isso e querem continuar a criar condições de fricção e de mau estar em relação àquilo que é feito. No seu ponto de vista estarão a fazer o papel que lhe cabe, mas parece-lhe descabido, a esta altura do campeonato, continuar a fazer-se oposição desta maneira, não parece correcto, porque há formas de fazer oposição construtiva. No dia da tomada de posse, no dia 24 de Outubro de 2009, o Vereador Santana Maia disse que, no seu ponto de vista, deveria haver uma alteração à lei autárquica para que a oposição só tivesse assento na Assembleia Municipal e comprometeu-se a fazer sempre uma oposição construtiva.

O Vereador Santana Maia disse que era isso que andava a fazer.

A Presidente da Câmara não percebe isso, quando o executivo se vê apelidado constantemente de "pouca inteligência", "pouca seriedade", etc.

O Vereador Belém Coelho disse ter pena que ao Domingo não haja comércio aberto, mas que tem a percepção que o estabelecimento Mercearia Real está aberto ao Sábado e à Sexta-feira e que tem estes produtos.

O Vereador Carlos Arês disse que por vezes não é possível ao Domingo comprar-se, no Centro Histórico, Palha de Abrantes ou Tigeladas, ao que Presidente da Câmara respondeu que são

Handwritten signature

produtos não comercializados na loja do Mercado Criativo – Praça dos Sabores, exactamente para não fazer concorrência com os outros estabelecimentos.

O Vereador Santana Maia disse que os Vereadores do PSD têm dois blogs assinados e que não têm nada a ver com qualquer blog anónimo, nem sabem quem os escrevem e por que é que o fazem. Segundo o que sabe, os Vereadores do PSD são em regra sistematicamente atacados por esses blogs. Todas as intervenções que são publicadas no blog são-no depois de entregues por escrito na Câmara e tudo o que é retirado das actas apenas é publicado após a aprovação das actas. Se existem blogs que transcrevem extractos de actas não aprovadas, os Vereadores do PSD não têm rigorosamente nada com isso.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

Nº 1 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes e o Instituto Politécnico de Tomar que visa estabelecer as condições de instalação definitiva da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, nas instalações municipais do Tecnopolo, em Abrantes. - 28972

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a minuta do protocolo, delegando-se competências na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 2 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação o seu despacho que aprovou o Plano Municipal de Mobilidade Eléctrica, no sentido de o mesmo ser remetido ao GAMEP – Gabinete para a Mobilidade Eléctrica em Portugal, para aprovação.

Deliberação: Por unanimidade, ratificado o despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



Nº 3 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação do Gabinete de Apoio à Presidência – Desenvolvimento Económico, datada de 06 de Junho de 2011, remetendo para aprovação, a alienação do lote 39, com a área de 1500m2 do Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, à empresa Abrancongelados – Produtos Alimentares, Lda para instalação de uma unidade de transformação e comercialização de pescado congelado. - 25904

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a alienação do referido lote do Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, à empresa Abrancongelados – Produtos Alimentares, Lda. nos termos da citada informação do Gabinete de Apoio à Presidência – Desenvolvimento Económico.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

21
Câmara

Nº 4 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o pedido do Comandante dos Bombeiros Municipais de Abrantes, para realização de acção de sensibilização sobre "Educação para a Saúde – Gestos que Salvam Vidas", no Salão Paroquial de Martinchel, no dia 30 de Junho de 2011. – 24963

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a realização da referida acção de sensibilização.



Nº 5 - Para conhecimento a Presidente da Câmara, na sequência do pedido de esclarecimentos apresentado pelos Vereadores do PSD na reunião de 16 de Maio de 2011, relativamente ao encerramento do ATL da Casa do Pessoal do Município de Abrantes, informa que, tratando-se de Entidade autónoma à Câmara Municipal de Abrantes, estatutariamente constituída enquanto IPSS, dotado, por inerência da Lei, de Órgãos Sociais próprios, nos quais a Câmara Municipal não participa, deverá o pedido de esclarecimento apresentado ser remetido à Direcção do Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, entidade com competência para responder à questão colocada. - 24061

Tomado conhecimento.



Nº 6 - Proposta de Deliberação dos Vereadores do PSD, António Belém Coelho e Elsa Cardoso, relativamente à existência de um outdoor publicitário junto ao Castelo de Abrantes, que a seguir se transcreve: - 28704

"Encontrando-se, há vários meses, concluídos os trabalhos de levantamento e reposição da calçada da rua paralela ao parque radical, não faz qualquer sentido manter-se no local uma tabuleta com o nome da firma construtora.

Até porque o local é impróprio para fins publicitários, mesmo cobrando Câmara a respectiva taxa.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

A Câmara deverá mandar retirar, de imediato, a referida tabuleta publicitária, em virtude de o local ser impróprio para o efeito."

A Presidente da Câmara disse que o outdoor não é publicitário, destinando-se apenas a cumprir a lei no que toca à identificação do empreiteiro no decorrer da obra. Reconheceu que o mesmo já deveria ter sido efectivamente removido por parte do empreiteiro, pelo que deveriam os serviços proceder à sua notificação.

Deliberação: Por unanimidade, à Divisão de Projectos e Empreitadas para notificação ao empreiteiro no sentido de proceder à remoção da placa.

Handwritten signature and initials.

Nº 7 - Proposta de Deliberação dos Vereadores do PSD, António Belém Coelho e Elsa Cardoso, relativa à ordenação de demolição de ruínas na Rua dos Oleiros, conforme se transcreve: - 28708

"Na Chainça, no cruzamento da Rua dos Oleiros com a Travessa com o mesmo nome, onde existiu uma oficina de oleiro, que deu o nome a estas vias públicas, foi construída, há vários anos, uma moradia.

Para alargar as ruas e facilitar o trânsito, a moradia foi recuada, obedecendo aos alinhamentos das novas construções, entretanto, edificadas.

Até aqui tudo bem.

Acontece que, da antiga oficina, apenas foi demolida a área necessária para implantação da moradia, permanecendo o resto das ruínas a estrangular a Travessa dos Oleiros e, pior do que isso, dando um aspecto de desleixo, desmazelo e porcaria que é totalmente inadmissível, quer por razões estéticas, quer por razões de saúde e de segurança públicas.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

A Câmara deverá mandar promover a demolição imediata das ruínas da referida oficina e apurar as responsabilidades efectivas de quem pactuou com desleixo tão manifesto."

A Presidente da Câmara disse que, a manter-se o teor da proposta, os elementos em funções votariam contra a mesma, na medida em que, sem a análise da situação em concreto, e pela informação que dela se retira, não se sabe que tipo de desleixo está em causa, nem se o mesmo é justificação para uma medida como a demolição.

Em alternativa ao proposto, sugeriu que a situação reportada fosse remetida para a Fiscalização Municipal para análise, e que só fosse tomada deliberação depois de reunida toda a informação necessária para uma tomada de posição fundamentada.

Deliberação: Por unanimidade, remeter a situação identificada à Fiscalização Municipal para informar para posterior deliberação sobre este assunto.



Nº 8 - Proposta de Deliberação dos Vereadores do PSD, António Belém Coelho e Elsa Cardoso, relativa à inexistência de tampas de esgoto em Abrançalha de Cima, conforme se transcreve: - 28709

"Em frente ao portão de entrada da escola de Abrançalha de Cima, para assinalar o perigo resultante do roubo da tampa de ferro da caixa de visita, foi colocado, há mais de um ano, um sinal de perigo.

No entanto, face ao perigo manifesto da inexistência da tampa da caixa de visita e à passividade dos serviços, um município decidiu substituir-se a estes e resolver o problema fazendo uma tampa de cimento.

Apesar de a tampa ser de fabrico próprio e estar devidamente assinada, pensamos que o município não exigirá direitos de autor para que os serviços adotem tão simples solução para resolver tão grave problema.

Handwritten signature

Acontece que o sinal continua no mesmo sítio, há mais de um ano, e as caixas de visita (cerca de uma dúzia) ao longo da conduta que vem do Castelo de Bode continuam.

de representarem um perigo evidente para as pessoas e veículos que por lá passam.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

Os SMA deverão colocar, de imediato, as tampas nas referidas caixas de visita nem que seja recorrendo ao sistema utilizado pelo município Artur Landa, ou seja, colocando tampas em cimento."

A Presidente da Câmara esclareceu que as caixas de visita são da responsabilidade dos Serviços Municipalizados de Abrantes. As tampas têm sido sistematicamente furtadas, tendo os SMA diligenciado já a substituição de cerca de duas dezenas em tampas de cimento, fabricadas pelos próprios serviços, por não terem valor comercial e, como tal, não serão objecto de furto. Tem havido a preocupação por parte dos SMA em ir colocando novas tampas, sempre que se detecta ou alguém informa que estão em falta mais tampas.

Acrescentou ainda que os SMA já têm conhecimento que foram furtadas mais tampas, estando em preparação a sua reposição.

Com efeito, não há razão para tomada de deliberação sobre esta matéria.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à Informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 20 de Junho de 2011, que propõe a rectificação da deliberação Nº 19 tomada na reunião realizada em 18 de Abril de 2011, referente à atribuição de um apoio financeiro à TagusValley, por a mesma ser omissa quanto à aprovação pela Assembleia Municipal. - 25045

Assim, submete a ratificação o seu despacho de 20 de Junho que alterou o teor da deliberação, sendo que, **onde consta** "aprovar a atribuição de um apoio financeiro à TagusValley no valor de 617.716,36€ (seiscentos e dezassete mil setecentos e dezasseis euros e trinta e seis cêntimos), conforme preconizado na informação nº 11 da Divisão Financeira, a ser transferido por tranches, tendo em conta as disponibilidades de tesouraria", passou a constar "aprovar a atribuição de um apoio financeiro à TagusValley no valor de 617.716,36€ (seiscentos e dezassete mil setecentos e dezasseis euros e trinta e seis cêntimos), **no que se refere ao ano 2011**, conforme preconizado na informação nº 11 da Divisão Financeira, a ser transferido por tranches, tendo em conta as disponibilidades de tesouraria. **À Assembleia Municipal para aprovação das correspondentes unidades de participação e em diferentes anos económicos"**

Deliberação: Por unanimidade, ratificado o despacho da Presidente da Câmara Municipal que rectificou o teor da referida deliberação, passando a mesma a constar:

Al
C

(...)aprovar a atribuição de um apoio financeiro à TagusValley no valor de 617.716,36€ (seiscentos e dezassete mil setecentos e dezasseis euros e trinta e seis cêntimos), no que se refere ao ano 2011, conforme preconizado na informação nº 11 da Divisão Financeira, a ser transferido por tranches, tendo em conta as disponibilidades de tesouraria. À Assembleia Municipal para aprovação das correspondentes unidades de participação e em diferentes anos económicos.”



Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral, datada de 06 de Junho de 2011, acerca do pedido do Clube Desportivo e Recreativo da Concavada, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído, afixação de cartazes e autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais, para realização dos Festejos Anuais de Concavada, nos dias 08, 09 e 10 de Julho de 2011. - 25898

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor de 100,05€ (cem euros e cinco cêntimos), para os festejos anuais de Concavada, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar o requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral, datada de 26 de Maio de 2011, acerca do pedido do Grupo Folclórico e Etnográfico “Os Camponeses” de Vale das Mós, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído, afixação de cartazes e autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais, para realização do Festival de Folclore de Vale das Mós, no dia 16 de Julho de 2011. - 24659

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor de 96,09€ (noventa e seis euros e nove cêntimos), para o Festival de Folclore de Vale das Mós, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar o requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral, datada de 06 de Junho de 2011, acerca do pedido do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Tramagal, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído, afixação de cartazes, para realização do Festival de Folclore de Tramagal, no dia 02 de Julho de 2011. - 23555

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor de 49,66€ (quarenta e nove euros e sessenta e seis cêntimos), para o Festival de Folclore de Tramagal, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar o requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral, datada de 09 de Junho de 2011, acerca do pedido da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1 Nº 2 de Abrantes, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído, de actividade e de espaço público, para realização da festa de final de ano lectivo, no dia 22 de Junho de 2011. - 26397

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor de 83,89€ (oitenta e três euros e oitenta e nove cêntimos), para a festa de final de ano lectivo, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar o requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

21
C&S

Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral, datada de 20 de Junho de 2011, acerca do pedido do Grupo Desportivo e Recreativo "Os Esparteiros", a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído e autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais, para realização dos festejos anuais, nos dias 15, 16 e 17 de Julho de 2011. - 27610

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor de 83,88€ (oitenta e três euros e oitenta e oito cêntimos), para os festejos anuais, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar o requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral, datada de 20 de Junho de 2011, acerca do pedido da Associação Cultural e Recreativa de Vale de Rãs, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído, afixação de cartazes e autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais, para realização das festas anuais, nos dias 1, 2, 3, 8, 9 e 10 de Julho de 2011. - 27109

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor de 105,99€ (cento e cinco euros e noventa e nove cêntimos), para realização das festas anuais, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral, datada de 20 de Junho de 2011, acerca do pedido da Freguesia de Tramagal, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído, afixação de cartazes e

P1
Oto

autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais, para realização do 257º Aniversário da Freguesia de Tramagal (festejos anuais), nos dias 13, 14 e 15 de Agosto de 2011. - 27603

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor de 128,63€ (cento e vinte e oito euros e sessenta e três cêntimos), para o 257º Aniversário da Freguesia de Tramagal, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral, datada de 20 de Junho de 2011, acerca do pedido da Freguesia de Rossio ao Sul do Tejo, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído, autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais, afixação de cartazes e actividade, para realização de noite de verão no coreto, nos dias 1, 2, 3, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 22, 23, 24, 29, 30 e 31 de Julho de 2011. - 25957

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor de 156,15€ (cento e cinquenta e seis euros e quinze cêntimos), para realização de noite de verão no coreto, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral, datada de 20 de Junho de 2011, acerca do pedido da Associação, Desportiva, Recreativa e Cultural de Vale de Zebinho – “O Vale”, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído, autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais, afixação de cartazes, para realização das festas anuais nos dias 24, 25 e 26 de Junho de 2011. - 26930

Acta da reunião de 27 de Junho de 2011

Q1
Cabeça

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor de no valor de 100,05€ (cem euros e cinco cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município. Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho de 21 de Junho de 2011, a aprovar a dispensa do pagamento das taxas, correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído e autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais, à Associação, Cultural, Desportiva e Recreativa de Bicas, no dia 25 de Junho de 2011, para a realização de baile, no valor de 79,92€ (setenta e nove euros e noventa e dois cêntimos). - 27023

Deliberação: Por unanimidade, ratificado o despacho de aprovação da Presidente da Câmara



Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho de 21 de Junho de 2011, a aprovar a dispensa do pagamento das taxas, correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído, afixação de cartazes e autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais, à Freguesia de Vale das Mós, nos dias 25 e 26 de Junho de 2011, para a realização das Verbenas de São João em Vale das Mós, no valor de 98,07€ (noventa e oito euros e sete cêntimos). - 25242

Deliberação: Por unanimidade, ratificado o despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



Divisão Jurídica

Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à Informação nº 16/2011/CD, da Divisão Jurídica, datada de 06 de Junho de 2011, que na sequência de uma reclamação apresentada por Álvaro José dos Santos, sobre a cobrança da tarifa de saneamento, que refere que o fundamento da tarifa de saneamento não se prende com a existência ou inexistência de rede de saneamento, antes se prende com a colocação à disposição de todos os utilizadores de serviço de saneamento, por redes fixas ou por meios amovíveis (limpa fossas). - 25413

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o teor da Informação nº 16/2011/CD, da Divisão Jurídica, devendo notificar-se o interessado Álvaro José dos Santos, dando-lhe conhecimento do teor da mesma.

Pl
Costa

Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara que, na sequência da informação do Director do Departamento de Administração e Finanças, datada de 20 de Junho de 2011, relativa ao procedimento de prestação de serviços no âmbito da Protecção Civil, para que seja assegurado o suporte da actividade operacional na época de Verão, sugere que a Câmara Municipal emita parecer ao abrigo do artigo 22º da Lei do Orçamento de Estado de 2011, quanto à aquisição das tarefas, sendo o respectivo ajuste directo autorizado posteriormente por despacho da Presidente da Câmara. – 28737

Deliberação: Por unanimidade, ao abrigo do artigo 22º da Lei do Orçamento de Estado de 2011, a Câmara Municipal emite parecer favorável, quanto à aquisição das tarefas, com base no referido nos pontos a), b), c), g) e h) da informação do Director do Departamento de Administração e Finanças, datada de 20 de Junho de 2011, designadamente:

- a) Estando em curso procedimento para a nomeação de comandante operacional da protecção civil, importa que o suporte da actividade operacional seja assegurado, por maioria de razão na época de Verão.
- b) Assim, justifica-se a contratação de técnico com experiência na área de protecção civil.
- c) A Câmara Municipal já possui o serviço de apoio na protecção civil, mas que carece de reforço, designadamente ao nível da avaliação e elaboração de planos de risco. Esta actividade é fundamental e imprescindível como suporte das intervenções que se revelam necessárias, no âmbito da protecção civil.
- g) Nos termos do artigo 22º da Lei de OE 2011 o contrato carece de parecer prévio vinculativo do executivo, designadamente quando se trate de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença.
- h) Nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 2 é da competência do órgão executivo.



Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a um pedido apresentado por Marta Andreia Coelho Fontinha, cessionária do Quiosque no Largo 1º de Maio, a solicitar redução do valor para metade da prestação relativa ao mês de Junho, uma vez que o parque de estacionamento estará encerrado, em virtude da realização das Festas de Abrantes 2011. - 26414

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a redução proporcional da prestação mensal referente ao mês de Junho, para que não haja pagamento apenas relativamente aos dias em que o parque está encerrado para montagem e desmontagem das Festas de Abrantes, designadamente nos dias 4 a 9 e 15 a 18 de Junho.

Informar a requerente de que a redução fica, desde já, condicionada à apresentação de documentos comprovativos, assinados por técnico oficial de contas, e que serão analisados pelos serviços, nos quais possa ser avaliado o efectivo prejuízo no período em questão, face a outros períodos do ano.

01
Oeto

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Educação e Acção Social

Nº 24 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência do pedido da Freguesia de Mouriscas, datado de 07 de Junho de 2011, a solicitar a cedência das instalações da Escola do Ensino Básico 1º Ciclo/JI, situadas em Casal da Igreja - Mouriscas, nos dias 12 e 15 de Agosto de 2011, para realização da XIX Feira Mostra de Artesanato de Mouriscas. - 27260

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a cedência das instalações da Escola do Ensino Básico 1º Ciclo/JI, situadas em Casal da Igreja - Mouriscas, conforme solicitado pela Junta de Freguesia de Mouriscas.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 25 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação da Divisão de Desporto e Juventude, datada de 15 de Junho de 2011, acerca do pedido do Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência da Piscina ao Ar Livre do Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes, para o Centro de Actividades Ocupacionais, nos dias 7, 14, 21, 28 de Julho e para a Valência Educacional, nos dias 1, 5, 8, 12, 15, 19, 22, 26 e 29 de Julho de 2011. - 27740

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor de 563,30€ (quinhentos e sessenta e três euros e trinta centavos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 26 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação da Divisão de Desporto e Juventude, acerca do pedido da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes (lar de Infância e Juventude) a solicitar a utilização gratuita da Piscina ao Ar Livre do Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes, pelas jovens residentes no lar, no decorrer das férias escolares de verão. - 27232

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor de 2.695,45€ (dois mil seiscientos e noventa e cinco euros e quarenta e cinco centavos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 27 - Para conhecimento o Vereador Manuel Valamat dá conta da realização da semana ACP Student Drive Camp – Revista Forum Estudante / ACP que decorrerá em Abrantes, de 4 a 10 de Julho de 2011. Trata-se de uma iniciativa da revista Forum Estudante em conjunto com o Automóvel Clube de Portugal, que contará com a presença de 50 jovens estudantes – sendo 10 do concelho e 40 de diferentes locais de Portugal, entre os 14 e os 17 anos, com actividades em torno do mundo automóvel e da segurança rodoviária. Mais refere que cabe ao Município de Abrantes prestar colaboração à actividade, nomeadamente: transporte para as várias actividades, contactos com as entidades locais envolvidas no projecto e apoio na logística. - 28430

Tomado conhecimento.



Nº 28 - Para conhecimento o Vereador Manuel Valamat dá conta da realização do Verão Activo 2011 – Férias Jovens – 27 de Junho a 15 de Julho, nas infra-estruturas desportivas e culturais do concelho.

Tomado conhecimento.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projectos e Empreitadas

Nº 29 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à Informação nº 175 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 21 de Junho de 2011, que remete, para aprovação, o processo com vista à contratação da empreitada de “ESTA – Escola Superior de Tecnologia de Abrantes – Tecnopolo do Vale do Tejo – Abrantes”, propondo para aprovação por parte da Câmara Municipal:

1. Que o Projecto de Execução seja aprovado;
2. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos;
3. Que o órgão competente – Câmara Municipal – tome a decisão de contratar no uso de competência própria, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
4. Que o preço base para a presente empreitada seja fixado em 9.368.124,28€ (nove milhões trezentos e sessenta e oito mil cento vinte e quatro euros e vinte e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor este fixado de acordo com as regras do artigo

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

- 47.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na actual redacção;
5. Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, seja adoptado um Concurso Público – com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos previstos na alínea b) do artigo 19.º e artigo 130.º e seguintes, todos do CCP;
 6. Que o prazo para apresentação de propostas seja de 54 dias;
 7. Que o prazo de execução da obra seja de 730 dias;
 8. Que sejam aprovadas as peças do procedimento em anexo, das quais se destacam:
 - a) O Programa de concurso elaborado de acordo com o disposto no artigo 132.º do CCP;
 - b) O Caderno de encargos contendo as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, bem como o Programa Preliminar e o Projecto de Execução, nos termos do artigo 43.º do CCP.
 9. Que para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, seja considerado o valor fixado no ponto 4 que corresponde a 9.368.124,28€ (nove milhões trezentos e sessenta e oito mil cento vinte e quatro euros e vinte e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 10. Que sejam disponibilizadas as peças do procedimento e praticados todos os actos na Plataforma Electrónica vortalGOV no endereço electrónico <http://www.vortalgov.pt>;
 11. Propõe-se ainda, que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o Júri do Concurso, com vista ao acompanhamento do presente procedimento, seja constituído pelos elementos adiante designados:

Membros efectivos:

 - Presidente: Sara Cristina Jorge Morgado, Chefe da Divisão de Projectos e Empreitadas;
 - 1º Vogal: Cristina Isabel Loureiro da Silva Nunes Chapado Tenera, Técnica Superior da DPE;
 - 2º Vogal: Sandra Maria de Jesus Oliveira Matias Ferreira, Técnica Superior da DPE.

A substituição do Presidente nas suas faltas e impedimentos será assegurada pelo 1º Vogal.

Membros suplentes:

 - 1º Suplente: Fernando Jorge Rente Lopes, Técnico Superior da DPE;
 - 2º Suplente: Francisco Pontes Varanda Gonçalves, Técnico Superior da DPE.

A substituição do 1º e 2º Vogais efectivos, nas suas faltas e impedimentos, será assegurada pelos membros suplentes.

Mais refere que o objecto da empreitada enquadra-se no código 45214300-3 (Construção de edifícios para ensino superior) do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).

O Vereador Rui Serrano não participou na discussão e votação e inclusivamente ausentou-se da sala, ao abrigo do nº 6 do artigo 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com o artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo.

01
Cete

Deliberação: Por maioria, com a abstenção dos Vereadores eleitos pelo PSD, aprovado o processo e todas as condições referidas na proposta de decisão, nos termos da citada Informação nº 175 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

O procedimento tal como a sua conclusão têm como pressuposto merecer aprovação de financiamento no âmbito do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional.
A adjudicação ficará dependente de aprovação de financiamento.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.

O Vereador Carlos Arês votou a favor por considerar que a problemática do Ensino Superior, seja politécnico, seja universitário, hoje em dia, implica que as escolas estejam a disputar alunos. Antes havia muita procura e pouca oferta, e as universidades com menos condições ficavam com os alunos que não podiam entrar noutros cursos. Hoje em dia, a diminuição do número de alunos e o aumento de instituições leva a que, quando as instalações não estão à altura, os alunos procuram outros estabelecimentos de ensino. A ESTA está instalada num edifício que não tem as melhores condições e os laboratórios que funcionam de apoio à escola, já estão no Tecnopólo que funcionam de apoio à escola, portanto, julga que se a ESTA não tiver condições muito rapidamente, quer Santarém quer Tomar, poderão ultrapassar-nos e e, dizer que não agora, poderá significar perder a última oportunidade de manter a ESTA em Abrantes.

Efectivamente, já vimos que os comerciantes do Centro Histórico se preocupam com a saída dos estudantes, porque são eles que dão vida ao Centro Histórico. Mas Abrantes só pode vir a ter um futuro como cidade se tiver capacidade de fixar um quadro de professores, mestrandos, doutorandos, etc., se tiver a capacidade de criar condições para isso. Julga que a ligação ao Museu Ibérico à ESTA seria a base disso. A perder-se o pólo do politécnico, Abrantes, a prazo deixará de ser uma cidade marcante na zona, com a agravante da perspectiva da reforma político-territorial que se aproxima.

O Vereador Belém Coelho disse, a propósito da questão demográfica, que o ano passado foi o ano em que houve mais alunos do ensino secundário a fazer exame nacional.

Os Vereadores eleitos pelo PSD apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Apesar de reconhecerem a importância da construção deste equipamento universitário, os vereadores do PSD não podem deixar de constatar que a saída do polo universitário da ESTA do centro histórico é contraditória com o programa de regeneração urbana do mesmo. A senhora presidente está a agir, nesta matéria, como Penélope, a mulher de Ulisses, que, durante a noite desfia a colcha que, durante o dia, tecia. Com efeito, não adianta enterrar milhões de euros em projectos, programas e estudos para revitalizar o centro histórico e chorar a saída de serviços, se, depois, se promove a saída da ESTA, o único pilar que ainda o sustenta.”

A Presidente da Câmara disse lamentar que estando-se a falar de um investimento que pode ser central para Abrantes e que, do ponto de vista político, caberia a todos defender, a posição assumida pelo PSD seja a de escudar-se na posição mais fácil, abstendo-se quando não

concordam com a localização. Neste momento, independentemente da sua localização, o que é importante é garantir que a ESTA se mantém Abrantes, sendo fundamental para isso a execução deste projecto.



Nº 30 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à Informação nº 162 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 06 de Junho de 2011, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Pavimentação da Rua da Bela Vista em Freguesia de S. Vicente – Abrantes – 2ª Fase", adjudicada à sociedade Construções Viasmanso, Lda., S.A., para efeitos de recepção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de recepção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 31 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à Informação nº 163 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 06 de Junho de 2011, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Pavimentação de Vários Arruamentos na Freguesia de Fontes – 4ª Fase", adjudicada à sociedade Construções Viasmanso, Lda., S.A., para efeitos de recepção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de recepção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade



Nº 32 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, respeitante à Informação nº 165 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 06 de Junho de 2011, dando conta que a Sociedade de Construções José Coutinho, S.A., entregou a Garantia Bancária Nº 2537.003200.893, no valor de 209.568,39€ da Caixa Geral de Depósitos, datada de 25/03/2011, correspondente ao adiantamento de 30% dos trabalhos contratuais, por realizar na empreitada de "Aquapolis – Margem Sul – 2ª Fase – Parque Ribeirinho de Abrantes".

Tendo sido entregue a factura no montante de 60.480,08€, com o auto nº 8, deverá ser reduzida a referida garantia no valor de 18.144,02€, que corresponde a 30% do valor do auto, de acordo com nº 2 do art. 295º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na actual redacção.

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a redução da referida garantia bancária, nos termos da citada informação nº 165 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Comunicar à Caixa Geral de Depósitos, com conhecimento ao empreiteiro.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 33 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo Vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 34 - Para conhecimento, o Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, informa que, na sequência da deliberação de 02 de Maio de 2011, relativamente à existência de arbustos numa moradia na Av. das Forças Armadas, em Abrantes, que impedem a circulação de pessoas no passeio, o proprietário já foi devidamente notificado. – 22639

Tomado conhecimento.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas quinze minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com excepção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Henrieta da Silva

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Alexandra Justino Silva

Acta da reunião de 27 de Junho de 2011



PROGRAMA DE REGENERAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO

Declaração

27 de Junho de 2011



Foi com enorme surpresa que assistimos à apresentação da conclusão do estudo de Reabilitação do Centro Histórico.

Com efeito, no que respeita a esta matéria, existiam no actual executivo camarário duas visões diametralmente opostas, que, aliás, já estavam bem expressas nos programas eleitorais do PS e do PSD:

(A) enquanto o PS defendia a regeneração do centro histórico através da implementação de três megaprojectos (1 - Museu Ibérico; 2 - nova Câmara, que ocuparia todo o espaço do edifício da ESTA e da garagem da rodoviária nacional; e 3 - Centro Cultural acoplado ao mercado municipal e a construir no espaço ocupado por este),

(B) o PSD, pelo contrário, defendia a regeneração do centro histórico através, nomeadamente, da: (1) deslocação para aqui do mercado semanal e de serviços (designadamente, centro de saúde, loja do cidadão, segurança social, tesouraria dos SMAS, etc.); (2) manutenção da localização da câmara; (3) recuperação e requalificação do mercado diário; (4) criação de condições de conforto para a circulação de pessoas nalgumas ruas do centro histórico; (5) recuperação das habitações degradadas; (6) criação de uma Academia de Música e de Artes de Abrantes; (7) reavaliação da circulação automóvel nalgumas artérias do centro histórico, tendo por base o interesse dos comerciantes e respectivos habitantes (ver **Programa Eleitoral do PSD** - págs. 28, 29 e 33).



Quanto ao museu ibérico, defendíamos que a continuidade do projecto dependesse de um estudo de viabilidade económica.

Entre a proposta do PS e do PSD, havia apenas uma coisa em comum: a construção de um grande parque de estacionamento.

Quanto ao vereador dos ICA, apesar de este movimento não ter apresentado qualquer programa eleitoral, a verdade é que, relativamente à reabilitação urbana do centro histórico, aderiu expressamente à proposta socialista, como consta das diferentes actas da câmara onde se debateu este tema, e demarcou-se expressamente da nossa proposta.

Recorde-se, designadamente, a polémica gerada pelo facto de termos assumido a construção do centro de saúde no centro histórico, designadamente no edifício da rodoviária nacional, como um compromisso de honra durante a campanha eleitoral (consultar "Palavra de Honra" no blog "Rexistir por Abrantes"), tendo defendido esta solução em conferência de imprensa no centro histórico (em Junho de 2009), em dois comunicados públicos (Maio de 2009 e Junho de 2009) e em duas propostas apresentadas em reunião da câmara (2/12/2009 e 6/12/10), tendo sido ambas rejeitadas.

O Dr. Carlos Arês, secundando, aliás, a opinião da senhora presidente, fez mesmo questão de deixar expresso em acta que, quanto à instalação do Centro de Saúde no centro histórico, estava totalmente contra (fls.12 acta de 28/6/11).

Ora, qual não foi a nossa surpresa quando constatámos que, afinal, o programa da regeneração urbana do centro histórico é a cópia quase integral do nosso programa eleitoral: (1) construção do centro de saúde no antigo edifício da rodoviária; (2) manutenção da localização dos serviços técnicos da câmara municipal e da tesouraria dos smas; (3) regresso dos serviços da segurança social; (4) instalação de uma Oficina da Cultura, o nome pós-moderno da nossa



Academia das Artes (como os socialistas adoram mudar os nomes às coisas só para criar a falsa sensação de que são inovadores e os pais da ideia); (5) criação de condições de conforto para a circulação de pessoas nalgumas ruas do centro histórico; (6) recuperação das habitações degradadas; e (7) abandono das ideias megalómanas da deslocação de todos os serviços da câmara para um novo edifício a construir no lugar da ESTA e do ex-edifício da rodoviária e da construção do centro cultural no lugar do mercado municipal que incluísse este.

E mesmo quanto ao Museu Ibérico, a Câmara decidiu, também, seguir prudente arbítrio dos vereadores eleitos pelo PSD, dando início ao estudo de sustentabilidade e viabilidade económica do mesmo, o que, no entanto, só peca por tardio, uma vez que a decisão já está tomada (ou não está?), o que vai legitimar todas as dúvidas sobre o resultado do estudo.

É mesmo caso para se dizer que, se a senhora presidente tivesse tido o cuidado de ler o nosso programa eleitoral e de o seguir, não teria sido necessário andar tanta gente e durante tanto tempo a trabalhar para o boneco.

Além disso, evitaria defraudar todos aqueles votaram no programa socialista, na medida em que nada do essencial que foi prometido vai ser cumprido.

Em todo caso, esta é uma daquelas situações em que falta de coerência é de saudar, tendo em conta as consequências, ainda que os programas eleitorais, em princípio, devessem ser executados por quem os defende e não por quem os copia.

Infelizmente, existe apenas uma nota dissonante relativamente à nossa proposta de regeneração do centro histórico: a construção, num estreito e desadequado edifício e por andares, do mercado diário e a ocupação do espaço do mercado municipal num simulacro de centro cultural.

Não seria mais adequado manter o mercado diário no seu local tradicional e ter

como porta de entrada no centro histórico um centro cultural por andares, sem cheirar a peixe, nem a carne?

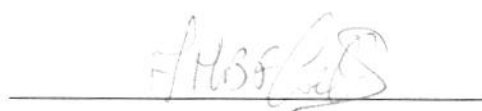
Para tamanha aberração, só encontramos uma explicação: o grande empenho da senhora presidente em deixar a marca do disparate socialista no centro histórico.

Finalmente, gostaríamos também de deixar claro que, na nossa opinião e tendo em conta a grave crise que assola o comércio tradicional, a Câmara dever-se-á abster de entrar em concorrência com qualquer variante do comércio tradicional: restaurantes, pastelarias, livrarias, etc.

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

ANTÓNIO BELÉM COELHO
ELSA MARIA CARDOSO
VEREADORES

01

CASTELO - OUTDOOR PUBLICITÁRIO

Proposta de deliberação

9 de Junho de 2011



Encontrando-se, há vários meses, concluídos os trabalhos de levantamento e reposição da calçada da rua paralela ao parque radical, não faz qualquer sentido manter-se no local uma tabuleta com o nome da firma construtora.

Até porque o local é impróprio para fins publicitários, mesmo cobrando Câmara a respectiva taxa.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

A Câmara deverá mandar retirar, de imediato, a referida tabuleta publicitária.

Os Vereadores

(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

(Elsa Maria da Costa Cardoso)

CHAINÇA - RUA DOS OLEIROS

Proposta de deliberação

9 de Junho de 2011

Na Chainça, no cruzamento da Rua dos Oleiros com a Travessa com o mesmo nome, onde existiu uma oficina de oleiro, que deu o nome a estas vias públicas, foi construída, há vários anos, uma moradia.

Para alargar as ruas e facilitar o trânsito, a moradia foi recuada, obedecendo aos alinhamentos das novas construções, entretanto, edificadas.

Até aqui tudo bem.

Acontece que, da antiga oficina, apenas foi demolida a área necessária para implantação da moradia, permanecendo o resto das ruínas a estrangular a Travessa dos Oleiros e, pior do que isso, dando um aspecto de desleixo, desmazelo e porcaria que é totalmente inadmissível, quer por razões estéticas, quer por razões de saúde e segurança pública.



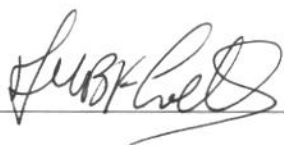
Ainda que a responsabilidade pela demolição pertença ao proprietário da moradia, não se compreende a passividade da Câmara perante situação tão gritantemente escandalosa e durante tanto tempo.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

ANTÓNIO BELÉM COELHO
ELSA MARIA CARDOSO
VEREADORES

A Câmara deverá mandar promover a demolição imediata das ruínas da referida oficina e apurar as responsabilidades efectivas de quem pactuou com desleixo tão manifesto.

Os Vereadores



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)



(Elsa Maria da Costa Cardoso)

ABRANÇALHA DE CIMA - TAMPAS DE ESGOTO

Proposta de deliberação

9 de Junho de 2011

01
CS

Em frente ao portão de entrada da escola de Abrançalha de Cima, para assinalar o perigo resultante do roubo da tampa de ferro da caixa de visita, foi colocado, há mais de um ano, um sinal de perigo.



No entanto, face ao perigo manifesto da inexistência da tampa de esgoto e à passividade dos serviços, um município decidiu substituir-se a estes e resolver o problema fazendo uma tampa de cimento.

Apesar de a tampa ser de fabrico próprio e estar devidamente assinada, pensamos que o município não exigirá direitos de autor para que os serviços adoptem tão simples solução para resolver tão grave problema.

Acontece que o sinal continua no mesmo sítio, há mais de um ano, e as caixas de visita (cerca de uma dúzia) ao longo da conduta que vem do Castelo de Bode continuam abertas e a acumular toda a espécie de lixos que lá caiem ou para lá atiram, para além de representarem um perigo evidente para as pessoas e veículos que por lá passam.

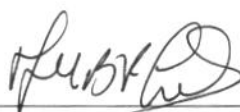
Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

A Câmara deverá mandar colocar, de imediato, as tampas nas referidas caixas

ANTÓNIO BELÉM COELHO
ELSA MARIA CARDOSO
VEREADORES

de visita nem que seja recorrendo ao sistema utilizado pelo munícipe Artur Laland, ou seja, recorrendo a tampas em cimento.

Os Vereadores



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)



(Elsa Maria da Costa Cardoso)

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 22/06/2011

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/06/27

Folha : 1

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA		DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data				Número	Tip	Data
04.01	07000399	2007/06/08	LICOB	07001749	2007/06/08	0121257444 cm00012836	JOSE MANUEL ESPADINHA BISPO RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO LOTE 4 3°DT	construção moradia AV. DE ALJUBARROTA - ESTRADA NACIONAL 3 ABRANÇALHA DE BAIXO	11000474	DES	2011/06/15
									T E O R		
									2010.06.15:Deferido		
04.06	07000698	2007/09/18	REALV	00000346	2010/03/03	0507355571 cm00013964	JOSE SEIXAS CARLOS - UNIPESSOAL,LDA. RUA DOS RAMALHAIS,206 CANA VERDE - ALFERRAREDE	construção moradia bifamiliar RUA DE SÃO DOMINGOS LOTE1	11000470	DES	2011/06/13
									T E O R		
									2010.06.09:deferido		
04.01	08000287	2008/05/27	LICOB	08001605	2008/05/27	0207597987 cm00014814	NUNO MIGUEL LOPES BAPTISTA RUA DA PALMEIRA, 614 CHAINÇA	construção moradia RUA BECO DA PALMEIRA CHAINÇA	11000479	DES	2011/06/17
									T E O R		
									2011.06.17:Aprovar processo de alteração nos termos da informação da chefe de Divisão.		
05.03	09000061	2009/02/17	RJE	09000503	2009/03/19	0152247459 cm00007404	CARLOS DE JESUS ESTEVES RUA DAS ESCOLAS, N° 82 CASAIS DE REVELHOS	legalização moradia Rua da Escola, 82 Casais de Revelhos	11000472	DES	2011/06/13
									T E O R		
									2011.06.06:Deferido		
04.01	10000004	2010/01/05	RJE	01000194	2010/02/04	0501301976 cm00015490	FABRICA IGREJA PAROQUIAL FREGUESIA BEMPOSTA RUA PROFESSOR SILVA LEITÃO, N° 9 BEMPOSTA	construção anexo Rua Professor Silva Leitão Bemposta	11000481	DES	2011/06/21
									T E O R		
									2011.06.06:Aprovado o projecto de arquitectura e simultaneamente, deferido o pedido da licença nos termos da proposta no ponto 2.		
04.02	10000079	2010/02/25	RJE	10000372	2010/03/08	0120054957 cm00017685	AUGUSTO ROSA GUILHERME RUA DUARTE PACHECO PEREIRA,N.°2 - 1.°DTO DAMAIA	construção anexo RUA DA BOAVISTA ATALAIA	11000483	DES	2011/06/21
									T E O R		
									20/06/2011: No uso das competencias que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de auorização de utilização.		
04.03	10000290	2010/07/19	RJE	10001282	2010/07/23	0179159992 cm00012704	PEDRO MIGUEL ESPADINHA BISPO RUA ACTOR TABORDA N° 24, 2°	construção moradia AVENIDA DA ALJUBARROTA ABRANÇALHA	11000480	DES	2011/06/17
									T E O R		
									2011.06.16:Aprovar projecto de arquitectura nos termos da informação.		
06.01	10000317	2010/08/03	LICOB	10001376	2010/08/04	0237789400 cm00018303	TIAGO MIGUEL LOURINHO ALEXANDRE AV. D. MANUEL I, N° 1361 - A	alteração Comércio Rua Francisco Ferreira da Mata	11000475	DES	2011/06/16
									T E O R		
									2011.06.15:Deferido		

*** processado por computador ***
*** sistemas InfoRuje ***

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 22/06/2011

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/06/27

Folha : 2

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA		DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data				Número	Tip	Data
06.01	10000338	2010/08/18	LICOBRE	00001476	2010/08/18	0160039029	JOAO MANUEL RIBEIRO DOS SANTOS RUA SAMORA MACHEL, N° 3, 1° cm00018348	alteração moradia Rua Vale de Morenas Chainça	11000484	DES	2011/06/21
									T E O R		
									2011/06/20: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.		
06.01	10000404	2010/09/23	APROJESP	11000169	2011/02/14	0162370121	JOSE MANUEL CABRITA MATIAS RUA ENG° ADELINO AMARO DA COSTA, 111 cm00007375	legalização moradia HERDADE DA AGUA BRANCA DE CIMA	11000485	DES	2011/06/22
									T E O R		
									21.06.2011: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.		

*** processado por computador ***
*** sistemas InfoRuje ***